

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 385/2022 - IBMC

**AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA ANÁLISE DE VARIANTES E ALTERAÇÃO
DO NÚMERO DE CÓPIAS (CNV's)**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1ª – Objeto Contratual.....	4
Cláusula 2ª - Contrato	4
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato	5
Cláusula 4ª - Preço Base	5
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário	5
Cláusula 6ª - Prestação dos Serviços	6
Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços	6
Cláusula 8ª – Patentes, Licenças e Marcas registadas	7
Cláusula 9ª - Preço Contratual.....	7
Cláusula 10ª - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	7
Cláusula 11ª - Condições de Pagamento.....	8
Cláusula 12ª - Penalidades Contratuais.....	8
Cláusula 13ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público	10
Cláusula 14ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....	10
Cláusula 15ª - Suspensão do Contrato.....	10
Cláusula 16ª - Modificações do Contrato	11
Cláusula 17ª - Gestor do Contrato.....	11
Cláusula 18ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	11
Cláusula 19ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato.....	11
Cláusula 20ª - Responsabilidades	12
Cláusula 21ª – Casos Fortuitos ou de Força Maior	12
Cláusula 22ª - Confidencialidade.....	13
Cláusula 23ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais	14
Cláusula 24ª - Políticas Horizontais.....	14
Cláusula 25ª - Interpretação e Validade	14
Cláusula 26ª – Regime Contraordenacional.....	14
Cláusula 27ª - Legislação Aplicável.....	15
Cláusula 28ª - Foro Competente	15

Cláusula 29ª - Comunicações e Domicílio Convencional.....	15
Cláusula 30ª - Contagem dos Prazos na Fase de Formação do Contrato	16
ANEXO I	17
Cláusula 31ª - Objetivo.....	17
Cláusula 32ª - Especificações Técnicas do Serviço.....	17

IBMC

Cláusula 1ª – Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato de aquisição de serviços a celebrar pelo Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC ("Contraente Público") e que terá por objeto a [Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias \(CNVs\)](#), em conformidade com as características, especificações e requisitos constantes do [Anexo I](#) e nos termos e condições definidos no contrato.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se ao fornecimento do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e seu(s) anexo(s), bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.
4. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: 72540000-2 (Licenças (serviço utilização)).

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato será composto, para além do respetivo clausulado contratual e anexos, pelos seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas acima e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante "CCP") e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato inicia-se decorrido que esteja 1 (um) dia sobre a notificação da decisão de adjudicação ou sobre a apresentação dos documentos de habilitação, conforme o que ocorrer em último lugar, e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4ª - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor contratual estimado de USD 58 608,00 (cinquenta e oito mil, seiscentos e oito dólares), o que corresponde, à taxa de câmbio atual, ao montante de € 60 314,91 (sessenta mil, trezentos e catorze euros e noventa e um cêntimos);
2. O preço base é definido como o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Propostas com valor superior ao valor do preço base são excluídas.

Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de disponibilização das licenças num prazo inferior a 20 (vinte) dias;
 - b) Obrigação de prestação dos serviços, objeto do contrato;
 - c) Disponibilizar o serviço objeto do contrato, na última versão disponível no mercado;
 - d) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
 - e) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
 - f) Obrigação de garantia e conformidade dos serviços prestados com o contrato;
 - g) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, durante a vigência do contrato;
 - h) Garantir o funcionamento contínuo e atualizado do software;
 - i) Comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público;

j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

k) Disponibilizar todo o material de apoio necessário ao pleno funcionamento do software;

l) Prestar serviços de manutenção, atualização e assistência técnica relativamente aos serviços objeto do contrato, pelo período de vigência do contrato.

2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou colaboradores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

Cláusula 6ª - Prestação dos Serviços

Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, o Contraente Público remeterá, através de correio eletrónico compras@ibmc.up.pt, a respetiva requisição, a qual incluirá a seguinte menção obrigatória:

- a) Identificação dos serviços a prestar;
- b) Número da requisição;
- c) Referência deste procedimento.

Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante prestar os serviços objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos *Anexo I* ao presente Caderno de Encargos.

2. Em caso de falta de conformidade dos serviços com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à reposição da conformidade, sem prejuízo do direito do Contraente Público de exigir a redução adequada do preço dos serviços ou de proceder à resolução do contrato.

3. A garantia dos serviços prevista nesta cláusula abrange, designadamente:

- a) As despesas relativas à execução dos serviços para reposição da conformidade;
- b) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos serviços desconformes.

4. O Adjudicatário garante, ainda, em conformidade com o disposto na alínea g) do ponto 1 da Cláusula 5ª, a continuidade da prestação de todos os serviços objeto do contrato, durante a vigência do contrato

Cláusula 8ª – Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 9ª - Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público pagará ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente o montante de € ____ (____)¹ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

⁽¹⁾ [a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente, seguros, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais.

Cláusula 10ª - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

1. As licenças objeto de contrato estão sujeitos a retenção na fonte do IRC por se enquadrarem no disposto do artigo 4º, nº 3 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).
2. A convenção celebrada entre Portugal e Estados Unidos da América para evitar a dupla tributação, no âmbito do nº 1 do artigo 12º, permite que os serviços objeto de contrato sejam apenas tributados no país de residência da entidade prestadora de serviços.
3. Para acionar esta convenção, o Adjudicatário obriga-se ao preenchimento e apresentação do modelo RFI-21, caso o mesmo ainda não tenha sido enviado anteriormente, caso contrário não será necessário

entregar, e de um certificado de residência para o período em causa emitido pelas autoridades competentes desse país, assinado pela empresa.

4. Este modelo tem o prazo de validade de dois (2) anos.
5. O prazo máximo para apresentação da documentação prevista é a receção da(s) fatura(s). Não sendo apresentada, serão deduzidos 25% (vinte e cinco por cento) no momento do pagamento da(s) fatura(s).
6. Caso a mesma seja apresentada, será deduzido em Portugal, no momento do pagamento da(s) fatura(s), o valor referente a 10% (dez por cento) (serviços equivalentes a Royalties).

Cláusula 11ª - Condições de Pagamento

1. A fatura será paga no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua data de receção pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na fatura.
2. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt, ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário, e devem conter a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato.
3. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, os art.º 299.º do CCP; nos números 2, 3 e 4 do artigo 2.º do DL 123/2018, de 28 de dezembro.
4. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, do modo de faturação aplicável.
5. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida. O prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.
6. O Contraente Público terá o direito a deduzir nos pagamentos a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 12ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do

incumprimento e até ao limite de 20% (vinte por cento) do valor contratual, sendo que pela mora no cumprimento das obrigações contratuais pode exigir o pagamento de uma pena, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento da obrigação de garantia ou pelas desconformidades dos serviços fornecidos com o contrato;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de prestação dos serviços objeto do contrato;

2. Para a alíneas anteriores, a penalidade é calculada com a seguinte fórmula:

$P \text{ (penalidade)} = V \text{ (valor do contrato} \times 0,001) \times A \text{ (dias em atraso, incluindo sábados, domingos e feriados)}$

3. O incumprimento da obrigação de continuidade de prestação dos serviços objeto do contrato constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal em 10%, (dez por cento) sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente.

4. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.

5. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.

6. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento), conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.

7. Para efeitos dos limites estipulados nos n.ºs 2 e 3 do supracitado artigo, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

8. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

9. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.

10. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução, previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração escrita, enviada ao Adjudicatário por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, a qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
3. O direito de resolução pelo Contraente Público constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal em 10% (dez por cento) do valor da adjudicação.
4. A indemnização a que se refere o número anterior será paga pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato.
5. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no Contrato.
6. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
7. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 14ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 15ª - Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 16ª - Modificações do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311º a 315º do CCP.

Cláusula 17ª - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público.
2. A execução do contrato será monitorizada e sujeita a avaliação por parte do Gestor do Contrato (colaborador do Contraente Público nomeado, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, pelo Órgão Competente para a decisão de contratar), tendo este por função a deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do presente contrato pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no supracitado artigo.
3. Caso sejam detetados desvios ou outras anomalias na execução do presente contrato, deve o Gestor do Contrato, comunicá-los aos responsáveis do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; Contacto: [Completar]
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com o Contraente Público para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 18ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Fica desde já vedado, no presente procedimento, o recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação.

Cláusula 19ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;

- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 20ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 21ª – Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário que não sejam devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas apenas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22ª - Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.

2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

4. O Adjudicatário fica obrigado a devolver ao Contraente Público, no termo do contrato, todos os dados na sua posse, assim como outra informação e documentação obtida durante a execução do contrato.

5. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
6. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 23ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 24ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 25ª - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

Cláusula 26ª – Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456º,

contraordenações graves as descritas no art.º 457º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 27ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissso nas peças do presente procedimento observar-se-á a legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 28ª - Foro Competente

1. Para a resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Quando, por força de disposição legal inderrogável, o Contraente Público tenha de demandar ao Adjudicatário fora da comarca referida no nº 1 da presente Cláusula esta última, suportará os custos de todas as deslocações que tal demanda cause ao Contraente Público, a pessoal seu e honorários de advogados.

Cláusula 29ª - Comunicações e Domicílio Convencional

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se consideram como não realizadas.

Para o Contraente Público:

À atenção de: Serviço de Logística -IBMC

Morada: Rua Alfredo Allen, 208; 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

2. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.

3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30ª - Contagem dos Prazos na Fase de Formação do Contrato

1. À contagem dos prazos, relativos aos procedimentos de formação do contrato, aplica-se o disposto no art.º 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), por remissão legal do art.º 470.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), não sendo, em caso algum, aplicável o disposto no artigo 88.º do CPA.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

ANEXO I**Cláusula 31ª - Objetivo**

Pretende-se a aquisição de licenças de um programa informático que permita a utilização dos dados de variantes e de cobertura da sequenciação de exoma para detetar alterações no número de cópias (deleções ou duplicações) de um ou mais exões.

Cláusula 32ª - Especificações Técnicas do Serviço

1. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar ao Contraente Público um programa informático, através da cedência de licenças de utilização, com as características, especificações e requisitos mínimos abaixo descritos ou similares:

- a) Licenciamento de programa informático que seja capaz de:
 - Execução em sistemas Linux possibilitando a utilização em servidores de análise NGS existentes;
 - Execução em interface de linha de comandos (Linux) para que possa ser integrado na pipeline já validada;
 - Análise dos dados realizada localmente, excluindo serviços *cloud*, para preservação da privacidade dos dados dos pacientes;
 - Análise de *Copy Number Variations* (CNVs) a partir de dados NGS, tanto de sequenciação dirigida como de *Whole Exome Sequencing* ou *Whole Genome Sequencing*;
 - Análise de CNVs por combinação de duas técnicas diferentes:
 - i. Análise de cobertura (tanto do rácio como do Z-Score);
 - ii. Frequência de alelos;
- b) Possibilidade de utilizar diversas anotações externas de bases de dados de populações, que sejam regularmente atualizadas, para ajudar a filtrar as CNVs comuns, e por isso não causadoras de doença, das CNVs raras ou ainda não descritas e que serão provavelmente causadoras de doença.
- c) Classificação de variantes de acordo com as guidelines do ACMG (*American College of Medical Genetics and Genomics*);
- d) Automatização da análise de CNVs e integrar a pipeline já validada;
- e) Possibilidade de armazenar num repositório centralizado as CNVs identificadas;
- f) Possibilidade de utilizar as CNVs armazenadas para anotar novas CNVs identificadas